

É sinal dos tempos – bom sinal de maus tempos – que *Política Internacional* dedique parte importante deste seu número às observações de um historiador sobre figuras políticas. Durante os confortos da *pax atomica*, à medida que a miragem da União Europeia parecia mais próxima, muita cabeça pensante na Europa Ocidental se deixou entorpecer e, quando comunismo e União Soviética entraram em estertor final, houve quem julgasse que a história chegara ao fim, que havíamos passado (por outra via...) do governo dos homens para a administração das coisas. Teria sido um desfecho irónico mas não foi isso que aconteceu. O colapso do comunismo não significa a erradicação de uma doença mas sim a falência de um remédio. O capitalismo ganhou ao comunismo, não resta disso a mínima dúvida – mas não ganhou a mais coisa nenhuma. Quando mostrou o jogo, a mão que tinha não dava para tal. E a história voltou, para se vingar.

A J. P. Taylor presta-se singularmente a ser evocado em celebração desse regresso. Foi um dos historiadores ingleses mais importantes do século. Nos anos 70, algumas vezes o consideraram mesmo o maior de entre eles, uma das grandes figuras intelectuais da Grã-Bretanha contemporânea. Hoje haverá menos entusiasmo pela sua obra – livros, artigos, críticas, palestras. A parte de investigação original – em história político-diplomática europeia entre a Revolução Francesa e os nossos dias – é competente, exaustiva, dizem-me especialistas que ainda de consulta útil mas, salvo por vinhetas e comentários de lucidez e humor fulgurantes, muitas vezes enfadonha. O próprio Taylor se perguntava se alguém teria sido capaz de ler, por exemplo, *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918* de fio a pavio. Um livro seu, *The Origins of the Second World War* provocou polémica acesa. Taylor sustenta nele que a guerra não resultou de um desígnio prévio e planeado de Hitler mas que este, oportunista de génio, aproveitou uma a uma circunstâncias que a inépcia colectiva das democracias lhe foi proporcionando. Hitler não seria assim o único culpado da guerra. Tal não o torna, aos olhos do autor, menos monstruoso, mas os livros não são só lidos por quem os escreve.

Para seu incómodo, Taylor foi considerado uma espécie de apologista do Führer por muitos ingleses e festejado, indevidamente, por antigos nazis alemães. Hoje, a sua tese revisionista é menos controversa (já passara a sê-lo nos últimos anos de vida do autor, o que lhe deu grande satisfação). E, todavia, em muitos espíritos permanece a convicção de que Taylor não se deu realmente conta da monstruosidade excepcional de Hitler. Viu nele apenas, como viu em Estaline, um estadista perigoso e agressivo mas essencialmente semelhante a outros. O episódio é emblemático de características permanentes de Taylor: irreverência, espírito de contradição, individualismo à *outrance*. «Não sou melhor do que qualquer outro e ninguém é melhor do que eu», decidira ele em novo e disso permaneceu convencido pela vida fora.

Os livros assentes sobretudo em investigação de fontes alheias – *Bismarck*, *The Trouble Makers*, *English History 1914-1945*, etc. -

lêem-se bem, contêm apreciações originais de pessoas e de acontecimentos mas permanecem narrativas factuais, animadas pelos preconceitos do autor. Nascido em Lancashire em 1906, educado por Quakers, e depois em Oxford, razoavelmente rico, ateu, universitário, só a tentação marxista desinquietou a solidez dos seus critérios lógico-empíricos. Mas, como ele gostava de dizer, «o senso comum metia-se sempre pelo meio» e fê-lo resistir à tentação. À parte isso, nenhuma pulsão religiosa ou filosófica pareceu tê-lo perturbado. Essa lucidez terra-a-terra dá aos seus livros e artigos respeito pelos factos e sabor detectivesco (os *green fingers* de historiador que Namier lhe gabava) que fazem deles obras fidedignas e, aqui ou além, estimulantes, com intenções e caracterizações admiráveis que valem ao leigo a leitura. Por exemplo, na segunda página de *English History*, em nota biográfica de rodapé, Taylor descreve assim o Rei Jorge V: «Jorge V (1865-1936), segundo filho de Eduardo VII: casou com a princesa Mary de Teck, 1893; rei, 1910-1936; mudou o nome da família real de Saxe-Coburgo para Windsor, 1917; usava as calças vincadas dos lados, não à frente e atrás».

Para quem escreveu tanto, Taylor possuía talento aforismático surpreendente. A nota diz muito mais do que, à primeira vista, parece. Uma família real alemã no trono inglês, com a Inglaterra em guerra contra a Alemanha, tem de separar as águas e toma a medida óbvia de adoptar um nome inglês. Mas a informação sobre os vincos das calças abona o fundamento dessa medida. Com efeito, passar a ser inglês não é contrair a obrigação de ser igual aos outros ingleses — é conquistar o direito de ser tão diferente deles quanto eles o são entre si. Antes de se chamar Jorge Windsor, o rei Jorge Saxe-Coburgo já ganhara o seu direito de cidade: era um excêntrico, com os vincos das calças a atestarem-no — e o que há de mais central na maneira de ser inglesa é a excentricidade. Não creio que Taylor se tenha dado conta desta implicação; de qualquer forma, os seus escritos estão polvilhados de irreverências reveladoras. Na *Struggle for Mastery*, depois de dizer que, no século XIX, os diplomatas europeus, fossem ou não aristocratas, eram sempre homens de honra, qualifica: «com excepção dos italianos» e acrescenta que seria enfadonho ir repetindo esta ressalva pelo que o leitor a deverá ter em mente ao longo do livro. Ao criticar *A Esquerda* na Europa desde 1789 de David Cauter, impacienta-se com a argumentação complicada que leva a definir esquerda por aceitação da soberania popular e remata: «Disparate. Ser de esquerda é ser contra». Noutra crítica, já não me lembro a que livro, diz-nos que «toda esta conversa sobre a decadência da civilização é só resultado de, dantes, os lentes de História terem criados e agora serem obrigados a lavar a própria roupa». (Critério pelo qual Portugal seria ainda razoavelmente civilizado e do Terceiro Mundo nem falar. Quando vivi em Maputo, a telefonista moçambicana da nossa embaixada tinha dois criados).

Numa veia mais séria, Taylor ensinou-nos muito sobre a história moderna alemã e as questões da Europa central. Agora que, derretido o gelo mundano da Guerra Fria, todas as plantas venenosas dessa parte do mundo insistem em brotar outra vez da terra, *The Course of German History* relê-se não só com proveito mas também com alarme.

E, todavia, os temas que o atraíam e o método que utilizava — privilegiando necessariamente certas fontes e certos problemas e ignorando outros — deixavam o autor aquém de muitas facetas da experiência humana, sem referência às quais a reconstrução do passado se arrisca a resvalar para a trivialidade documentada. É um esforço necessário mas limitado. A propósito de *France 1848-1945* de Theodore Zeldin e dos subtítulos dos seus dois volumes: *Ambição, Amor e Política; Intelecto, Gosto e Ansiedade*, Taylor escreveu que gostava de história cronológica (e não temática) e que não estava interessado em produzir antropologia. Faltava-lhe o dom a que Vico chamou *fantasia*: a intuição imaginativa que permite um verdadeiro entendimento dos personagens e do seu mundo. Esse dom não prescinde dos rigores de prova que a investigação histórica exige mas ilumina os resultados desta; revela, como um grande romance ou uma grande pintura, o que é característico e único de cada época e da sua gente — por dentro, por assim dizer. Huyzinga tinha fantasia e o *Declínio da Idade Média* é um dos grandes livros de história deste século. Simon Schama (*Cidadãos*) têm-a também — para citar apenas duas obras bem conhecidas. Taylor, na linha do iluminismo do século XVIII e do positivismo do século XIX, não só não a tinha como estava de pé atrás em relação a ela<sup>1</sup>. Quanto à parte da sua obra — *English History*, por exemplo - que trata do seu próprio mundo, poderá objectar-se que a fantasia seria desnecessária. Não creio que a objecção seja válida. Taylor, evidentemente, conhecia a Inglaterra como um inglês nesse sentido também a conheciam sessenta milhões de compatriotas seus. Aí, a fantasia, se dela fosse dotado, ter-lhe-ia dado recuo na selecção e interpretação dos factos, engenho e arte na maneira de encapsular e nos transmitir o seu conhecimento. Sem ela, ficou mais um cronista do que outra coisa. A *Englishness* transparece sobretudo — mau grado seu - como nos vincos das calças de Jorge V.

Apesar da sua inteligência, do seu humor, da sua dedicação, da sua prodigiosa capacidade de trabalho, da sua vivacidade, da sua erudição, da sua arte de escrever e da sua genuína preocupação com os destinos da humanidade - à maneira do seu tempo e da sua formação: Taylor declarou-se sempre socialista, advogava o desarmamento nuclear unilateral da Grã-Bretanha, e toda a vida sentiu engulhos em condenar Estaline —, a sua obra ressentia-se da falta do entendimento, sentido e profundo, dos personagens e do universo de valores e crenças em que estes se moviam.

Se tivesse sido só historiador, Taylor seria hoje lembrado por outros profissionais, comparado ou contradito à luz de investigação mais recente sobre este ou aquele dos seus temas favoritos, citado por alguns ditos de humor e pouco mais. Ou assim parece agora aos nossos olhos. Os gostos

mudam, até os da, fome de saber. O que torna a sua evocação singularmente calhada para os tempos que correm é outra faceta da sua vida.

O *Sunday Times* de Londres referiu-se um dia a ele como «a melhor coisa que aconteceu à televisão». Alan Taylor — era este o seu nome jornalístico — descobriu a meio da vida que essa técnica de comunicação, mais nova do que ele, fora talhada à sua medida. (Há casos assim; entre nós lembro-me de Vitorino Nemésio). Sempre dera aulas e conferências sem quaisquer notas: entrava no auditório, falava durante cinquenta minutos e saía. As aulas eram brilhantes e um produtor de televisão que assistiu a uma desafiou-o para a BBC. Começou assim a sua segunda carreira que se bifurcou em dois ramos. Séries de palestras sobre temas de história — algumas delas depois objecto de livros ilustrados; séries de debates televisivos com dois ou três outros observadores perspicazes da vida britânica. Os temas eram variados, normalmente questões de política interna ou internacional, ou questões sociais do momento. O sucesso da primeira série de debates, na BBC, foi tal que notáveis políticos do governo e da oposição começaram a sentir-se por comparação figuras menores na estima pública e ao fim de dois anos a BBC terminou a série — segundo Taylor devido exactamente a pressões desses notáveis.

Entretanto, porém, aparecera a televisão privada e a ITV recomeçou a série, sob outro nome. Durou mais alguns anos e Taylor era também frequentemente solicitado para entrevistas em diferentes cadeias de televisão, inglesas e estrangeiras, sobre os mais variados assuntos. Tornou-se assim uma figura popular, saudada por motoristas de táxis e caixeiros de praça. Esta celebridade extra-académica, junta a muitos pontos de vista heterodoxos, contribuiu certamente para a escassez de distinções que lhe foram atribuídas, em país tão dado a elas. Ficou até à reforma Fellow de Magdalen College e foi eleito para a British Academy. (De que se veio a demitir em 1980 quando a instituição decidiu expulsar Sir Anthony Blunt, ao descobrir-se que este fora espião soviético. Taylor denunciou a «caça às bruxas» sustentando que a academia só tinha de se ocupar das características dos seus membros pelas quais os havia escolhido). Nunca foi nobilitado, nem sequer armado cavaleiro, não foi nomeado para a Ordem de Mérito e escapou-lhe, em 1957, a cátedra de Regius Professor em Oxford. A universidade elegeu Hugh Trevor-Roper, hoje Lord Dacre.

Taylor reagiu a esta frieza oficial de maneira característica. Por um lado ofendido, por outro confirmado na sua convicção de que os portadores da verdade são seres irreverentes a quem o futuro, mais do que o presente, faz justiça. E a sua energia prodigiosa não esmoreceu. Até aos últimos anos, quando a doença de Parkinson tomou conta dele, continuou a escrever livros e artigos, a dar entrevistas, a intervir na vida pública. Esta presença de historiador activo nos debates contemporâneos da sua gente — e não apenas em debates sobre o passado dessa ou doutra gente — é

que, a meu ver, principalmente, justifica que o recordemos agora como exemplo.

Um último ponto. Na sua vasta obra não figuram textos como *a Apologie pour l'Histoire ou Métier d'historien* de Marc Bloch, ou *What is History?* de E. H. Carr. Taylor fazia gala em sustentar que a história era um divertimento para quem a escrevia e para quem a lia; que seria uma ilusão julgar que se entenderia melhor o presente pela investigação do passado; talvez, quando muito, se entendesse melhor o passado pelo conhecimento do presente. Talvez: há quem pense o contrário mas a questão não é essa. Quando Taylor foi educado e depois escreveu e ensinou, o público em geral, e muitos homens públicos em particular, sabiam história, viviam, por assim dizer, na história. Churchill e De Gaulle são casos célebres mas muitos outros houve por essa Europa. O Cristianismo, da Criação ao Juízo Final, inscrevia o mundo no tempo e dava assim naturalidade a interpretações históricas. Mais prosaicamente, o sistema de equilíbrio de forças entre os impérios europeus, que durou desde a derrota de Napoleão até à consolidação da União Soviética, geria uma contabilidade de ambições e ressentimentos seculares registados com pormenor. Por fim, a luta entre o comunismo e as democracias ocidentais foi, *inter alia*, um debate sobre o sentido — ou falta dele - da história.

Hoje é tudo diferente. Com poucas excepções, estadistas europeus parecem melhor habilitados a administrar coisas do que a governar homens. A sua formação é tecnocrática; o seu horizonte o dos vendedores de seguros de vida. A noção, propugnada por C. P. Snow, de que haveria «duas culturas» - uma tradicional, das humanidades; outra, moderna, da ciência -, a meu ver essencialmente errada, reflectia ilusões ainda hoje correntes e ajudou a dar-lhes respeitabilidade. A ênfase nas ciências sobre as humanidades, acompanhada por flutuações ideológicas funestas, de que o último abencerragem é a «correção política», empobreceram o ensino da história e criaram um público mais ignorante dela do que já fora o caso: A diferença é particularmente chocante entre as élites. A história está cantonada nas universidades e institutos, em diálogo fechado de especialistas — ou então irrompe em simplificações grotescas de demagogos a quem convenha escorraçar vizinhos. Quando Taylor dizia que não se aprende com a história, subentendia que a história era uma quantidade conhecida: melhor ou pior, mais aqui do que além, mas fazendo parte da visão do mundo dos seus contemporâneos. Não previra, com certeza, a *tabula rasa* onde nos encontramos.

Há anos, um conhecido meu, interessado por coisas de cultura, disse-me que queria afastar-se dos negócios por um par de anos para estudar história e perguntou-me aonde. Eu ensinava nessa altura na universidade e perguntei-lhe de volta que período ou região ou tema o interessava, qual história ele queria. «Toda» - veio a resposta, depois de uma pausa de reflexão. Não proponho ambição tão desmedida. Mas era

bom que houvesse mais intervenção de historiadores no debate político em Portugal — por onde vamos? Como é que vamos? O que anda-mos a fazer do que nos ficou em herança? Há, graças a Deus, Vasco Pulido Valente. Não me ocorre outro. Sociólogos, cientistas políticos, economistas, sim. Todos sabemos de alguns com banca permanente em jornais ou televisão — de historiadores, não.

E certo que nas páginas pouco lidas de jornais e revistas se encontram às vezes artigos eruditos sobre fragmentos de história, desde a maneira visigoda de amassar o pão, até trocas epistolares entre vultos do corporativismo, com muita coisa interessante pelo meio. Tudo isso é útil mas não é por aí que o gato vai às filhoses. Escrevo como leigo, numa posição ingrata ou porventura cómoda: além de não ser historiador, sou servidor do Estado, o que me inibe deontologicamente de participar no debate político português. Resta-me parafrasear António Nobre: «Onde estão os historiadores do meu país?»

## NOTAS

<sup>1</sup> Há casos piores. De Sir Lewis Namier o próprio Taylor disse que ele tirara «the mind out of history». O «pensamento» não sei; a fantasia com certeza.